



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA E RISCOS Extrato da Ata da 2ª reunião – 2024

1) IDENTIFICAÇÃO:

Data/Hora/Local da Reunião:

25/06/2024 – 14hs – Presencial/Videoconferência

Participantes (Membros):

SECPLEI- Valcir Mombach

SECCRE - Silvia Albuquerque Medici Metri

SECAD – Iuri Camargo Kisovec, representado por Alexei Preto Rodrigues

SECOM – William Gallera Garcia

SECGP - Gabrielle Ana Selig Shiohara

SECOFC – Helton José Sanchez

SECTI - Gilmar José Fernandes de Deus

SECJUD - Danielle Cidade Morgado Maemura, representada por Daniela Nunes Pinheiro

ASSP – Jillian Roberto Servat

ASJUR - Daniele Cristine Forneck Franzini

CPEG – Diogo Sguissardi Margarida

Cartório da 010ª ZE da Lapa – Dieison Picin Soares Bernardi

Presentes também:

- Secretária de Auditoria Interna: Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira
- Coordenador Executivo da EJE: Domício Prates Ribeiro Filho
- Assessora de Inovação e Acessibilidade: Claudia Afanio
- Assessor de Segurança Cibernética: Lucas Barke Bruzon
- Coordenador de Infraestrutura de TI: Max Luiz de Carvalho
- Chefe do GABSECCRE: Jebneel Szrajia
- Chefe da Seção de Mídias Sociais: Vilmar Chequeleiro
- Servidoras da Seção de Planejamento Estratégico: Patricia Fretta Nogueira de Lima Cabral, Heloísa Helena de Oliveira Coelho e Maria Angelica Gasparetto Pereira Fagundes
- Servidores do NLGPD: Fabio Henrique da Silva Skonieczny e Ana Paula Moura Crevelaro
- Servidoras da Seção de Apoio à Governança Institucional: Kelly Padilha Lopes e Luciana Campanholi, responsável por secretariar os trabalhos.

Informes:

1. Metas Nacionais 2024
2. Plano de Gestão

Pauta/Finalidade:

1. Ranking da Transparência 2024.
2. Prêmio CNJ de Qualidade 2024.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

<p>3. Riscos Monitorados pelo Comitê.</p> <p>4. Indicadores Estratégicos 2024.</p> <p>5. Finalização da Matriz de Riscos – Mesários PcDs.</p>
<p>2) DEBATE:</p> <p>1. Informado que o CNJ disponibilizou o glossário atualizado e o Tribunal aguarda a parametrização do ATENA para a extração dos dados.</p> <p>2. Mencionada a finalização do Plano de Gestão, conforme os cinco pilares: Integridade, Pessoas com Deficiência, Mulheres, Governança e Facilitar o Acesso à Justiça Eleitoral.</p> <p>3. Destacada a publicação do resultado preliminar do Ranking da Transparência CNJ 2024, em que o TRE-PR atingiu o percentual de 101,90%, ficou em 8º Lugar no Ranking Geral e 3º Lugar no Ranking TRE's.</p> <p>4. Pontuado que a avaliação do Ranking da Transparência foi realizada frente a 10 temas publicados na página do Tribunal: Gestão; Audiências e Sessões; Serviço de Informação ao Cidadão; Ouvidoria; Tecnologia da Informação e Comunicação; Gestão Orçamentária; Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação; Gestão de Pessoas; Auditoria e Prestação de Contas; Sustentabilidade e Acessibilidade. Enfatizadas as recomendações de melhorias feitas pelo CNJ.</p> <p>5. Ressaltada a conclusão da mensuração dos indicadores estratégicos relativa ao 1º Trimestre/2024 e destacado que as informações do 2º Trimestre/2024 devem ser encaminhadas pelas áreas até 10/07.</p> <p>6. Relatadas as principais alterações no Prêmio CNJ de Qualidade 2024 – Portaria nº 104/2024, após análise das impugnações. Anunciada a realização de reuniões com as áreas, para acompanhamento das ações. Destacados alguns itens já cumpridos ou em fase de conclusão.</p> <p>7. Deliberado, após votação, que os riscos que serão monitorados pelo CGER são os da SECTI: a) Descentralização das urnas, pois há cerca de 40% de urnas novas; b) A Segurança Cibernética - Drive “G”, e da SECOM: Divulgação de informações conflitantes sobre as eleições de 2024 para o público externo.</p> <p>8. Comunicado que os riscos da SECCRE e da SECJUD foram levados para apreciação no Comitê de Gestão Judiciária – CGJUD e restou decidido que serão tratados no referido Comitê e eventual necessidade de tomada de decisão será levada à apreciação do Conselho de Governança.</p> <p>9. Informados que os riscos das outras secretarias serão acompanhados pelas próprias unidades, por serem riscos de gestão e não institucionais.</p> <p>10. Finalizada a Matriz de Riscos PcDs, foram feitos alguns ajustes e foram indicados os responsáveis e prazos para cumprimento.</p>



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

3) DELIBERAÇÕES:

- 1) Encaminhar ao CGER a lista com as unidades consideradas exceção, e que estarão autorizadas a manter o uso da pasta “G”.
- 2) Encaminhar à SPE, a mensuração dos indicadores estratégicos relativa ao 2º Trimestre/2024.
- 3) Encaminhar à Direção Geral a proposta deliberada pelo CGER, para que a pasta “G” seja extinta em 15 dias, salvo exceções.
- 4) Encaminhar à Direção Geral o PAD 12.203/2024, com a Matriz PcD atualizada.
- 5) Encaminhar os riscos da SECCRE e SECJUD, para monitoramento pelo CGJUD.
- 6) Apresentar o monitoramento do risco da SECOM: Divulgação de informações conflitantes sobre as eleições de 2024 para o público externo, bem como o outro risco da SECTI: A descentralização das urnas, principalmente porque há em torno de 40% de urnas novas, que estão em testes, mas não foram utilizadas em eleições.
- 7) Encaminhar PAD com sugestões de melhorias, frente às recomendações feitas pelo CNJ no Ranking da Transparência.

8) ENCERRAMENTO:

Concluídos os trabalhos, eu, Luciana Campanholi, Servidora da Seção de Apoio à Governança Institucional, lavrei o presente extrato que, conforme deliberado, será publicado na página de Internet deste Tribunal.